



OS BANCOS DE SEMENTES COMUNITÁRIOS COMO UMA EXPERIÊNCIA ALTERNATIVA DE RESISTÊNCIA AO CAPITAL NO CAMPO

Juliano Moreira do Nascimento
Universidade Federal de Campina Grande

Isaías de Oliveira Ehrich
Universidade Federal de Campina Grande

Emília Moreira
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O ser humano, desde que aprendeu a dominar as técnicas de plantio e cultivo agrícola, desenvolveu, a partir das observações das mudanças que ocorriam na natureza, formas de adaptação importantes para a produção de alimentos direcionados ao consumo familiar. Desse modo, durante milhares de anos, pequenos agricultores de diversos lugares do mundo iniciaram e mantêm a tradição de plantar uma gama de espécies alimentícias usadas como garantia de subsistência das comunidades locais. Dentre essas experiências, podemos citar a de seleção e estocagem de sementes naturais (conhecidas como sementes crioulas ou Sementes da Paixão). No sertão paraibano, destaca-se a importância dos Bancos de Sementes Comunitários no Assentamento Três Irmãos – Triunfo – PB, que negam o processo histórico de mudanças pelos quais os sujeitos sociais envolvidos com a questão agrária vivenciaram naquela região. Este trabalho faz parte das discussões de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulada: *Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB* (em fase de conclusão), o qual objetiva fazer um estudo da resistência camponesa ao processo de dominação do capital na agricultura, através da recuperação da luta pela terra e a da construção do Banco de Sementes Comunitários no Assentamento Três Irmãos, localizado próximo a cidade de Triunfo, na microrregião de Cajazeiras, na Paraíba. Essa comunidade é composta por 74 famílias, distribuídas em 07 glebas: Três Irmãos, Saco, Tabuleiro Grande, Croá, Carretão, Mulunguzinho e Vertente. A metodologia utilizada foi quantitativa, para isso, fizemos a bibliográfica e documental, além de pesquisas de campo; o método foi o materialismo histórico e dialético. Estudar, portanto, as Sementes da Paixão e os Bancos de Sementes Comunitários, faz-nos perceber como os camponeses enfrentam os problemas deles, sejam naturais, sociais, culturais ou econômicos.

Palavras-chave: Bancos de sementes, Resistência, Campesinato.

INTRODUÇÃO

A história do campesinato no Brasil vem sendo marcada por lutas e resistência, sejam elas contra as limitações climáticas, as relações patronais e a total subordinação ao modelo capitalista. Na busca pela reterritorialização e à procura por novas terras para morar e produzir seus alimentos, de forma natural e saudável, os camponeses se juntam aos movimentos sociais, sindicatos rurais, entre outras entidades para lutarem pelo que lhes são de direito. No sertão da Paraíba, alguns exemplos como os casos de conflitos de luta pela terra, no município de Triunfo – PB, representam um reforço à permanência do campesinato dentro do modelo capitalista dominante.

Na agricultura, o processo de resistência e luta pela terra segue um caminho inverso às discussões capitalistas – que pregam a modernização agrícola associada aos insumos químicos e ao domínio e patenteamento da biodiversidade. Pode-se observar em várias comunidades rurais, o trabalho de resgate às tradições agrícolas camponesas, que valorizam o meio ambiente, a coletividade e a preservação da biodiversidade.

A relação do camponês com a agricultura é resultado de experiências a partir do contato com o meio natural e de conhecimentos acumulados através dos tempos, repassado para os demais membros da família, que se mantêm presentes em todo o processo de produção alimentar, fortalecendo a aproximação entre estes e outros membros da comunidade local (Almeida 2003).

Dentre essas experiências, podemos citar a de seleção e estocagem de sementes naturais ou crioulas, que na Paraíba ganhou um nome especial, o de Sementes da Paixão. Dentre os 228 Bancos de Sementes Comunitários ou BSC espalhados pelo estado (figura 01), destaca-se o BSC do Assentamento Três Irmãos – Triunfo – PB, que contribuem como uma alternativa o processo histórico de mudanças pelos quais os sujeitos sociais envolvidos com a questão agrária vivenciaram naquela região.

Este trabalho faz parte das discussões de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulada: *Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB* (em fase de conclusão).

No decorrer desse estudo, algumas dúvidas surgiram e algumas perguntas foram formuladas, a partir do aprofundamento do tema escolhido, tais como:

- de que forma o BSC se apresenta como um elemento constitutivo da resistência à dominação capitalista na agricultura?;
- como o BSC pode representar maior proximidade entre o homem e a terra?;

- qual a importância de um BSC na constituição ou permanência de um território?

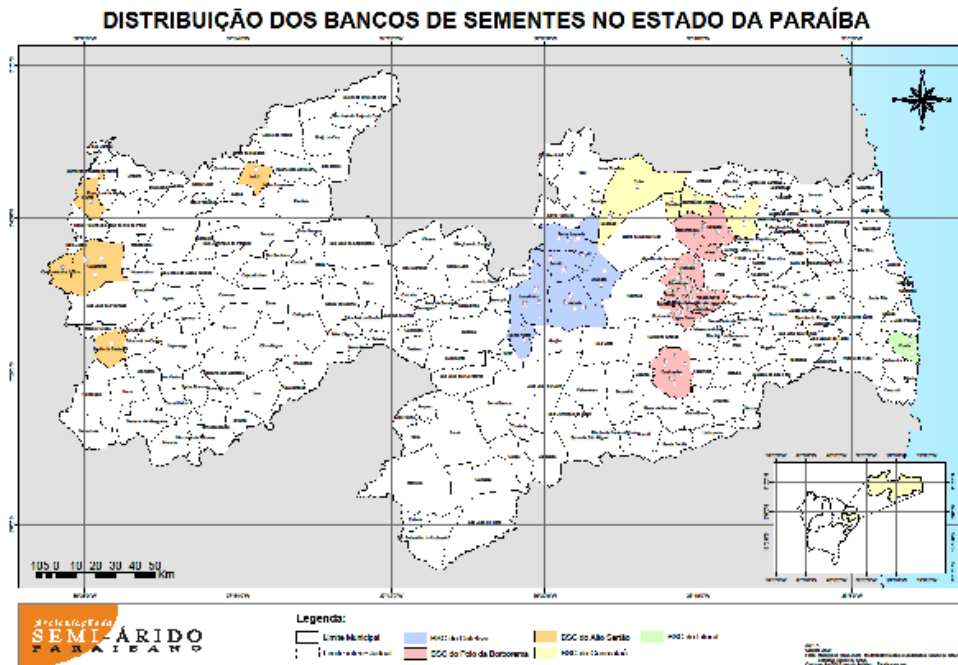


Figura 1 – Mapa de distribuição dos Bancos de Sementes da Paixão no estado da Paraíba, ASA/PB, 2009.

O objetivo dessa pesquisa é fazer um estudo da resistência camponesa ao processo de dominação do capital na agricultura, através da recuperação da luta pela terra e a da construção do Banco de Sementes Comunitários no Assentamento Três Irmãos, localizado próximo a cidade de Triunfo, na microrregião de Cajazeiras, na Mesorregião do Sertão Paraibano. Essa comunidade é composta por 74 famílias, distribuídas em 07 glebas: Três Irmãos, Saco, Tabuleiro Grande, Croá, Carretão, Mulunguzinho e Vertente.

Para a efetivação desse trabalho foi feito um levantamento bibliográfico – acerca dos conceitos-chave utilizados na discussão – e documental, no intuito de compreender o contexto histórico no qual o *locus* dessa pesquisa estava inserido; documentação fotográfica e em vídeo; e pesquisas de campo: visitas ao Assentamento Três Irmãos, participação em eventos da Rede Sementes da Comissão Pastoral da Terra e da Festa Estadual da Semente da Paixão, na qual fizemos diversas entrevistas. Na intenção de encontrar um método que melhor se aplicasse à discussão proposta, escolhemos o método materialismo histórico e dialético e, para melhor interpretar esse método, escolhemos uma vertente qualitativa.

No percurso de nosso trabalho acompanhamos um pouco da dinâmica e da realidade dos camponeses do Assentamento em questão, onde, através da convivência com estes, conhecemos as suas histórias e como estas estavam atreladas à história do Banco de Sementes Comunitário. Para estes, a estocagem de sementes representam uma garantia das necessidades básicas como: sementes para o alimento e para o plantio no período de chuvas.

O TRABALHO CAMPONÊS E A LUTA PELA TERRA

Desde que aprendeu a dominar as técnicas de plantio e cultivos agrícolas, o homem observou as mudanças que ocorriam na natureza e, dessa leitura, desenvolveu formas de adaptação importantes para a produção de alimentos direcionados ao consumo familiar. O cuidado com o material orgânico, com a valorização e adaptação aos padrões e limites impostos pela natureza foram importantes para o melhoramento na produção de alimentos. Assim, as relações de proximidade com a terra foram estreitadas, fixando-os em uma determinada fração do espaço.

Esse acontecimento marcou a história do ser humano, pois muitos abandonaram uma vida de nomadismo e tornaram-se sedentários. Desse modo, durante milhares de anos, pequenos agricultores de diversos lugares do mundo deram origem a uma tradição de plantar uma gama de espécies alimentícias, usadas como garantia de subsistência das comunidades locais. A agricultura é caracterizada pela manipulação natural de vegetais, valorizando o atendimento das necessidades essenciais de uma população em crescimento.

A dedicação do camponês à agricultura é resultado do contato e

conhecimento acumulados através dos tempos e repassado para os demais membros da família que se mantêm presentes em todo o processo de produção alimentar, gerando uma melhor aproximação entre os familiares e outros membros da comunidade local.

De modo que, como afirmam Almeida e Freire (2003):

De olhos atentos ao seu mundo, comunidades de agricultores vêm observando seu meio, a natureza, seus elementos e mecanismos; vêm assim inventando e reinventando sua realidade e construindo um repertório de conhecimentos que permite, como as sementes, germinar e frutificar espaços socioculturais, expressão legítima de suas formas de atuar. As sementes, antes portadoras de mensagens biológicas,

carregam agora novos significados. Fazem germinar roçados, mas também fazem crescer um conjunto de saberes, resultado de um intenso processo de pesquisa, seleção e troca realizado pelos agricultores (p. 280).

A valorização do cultivo de alimentos está relacionada à cultura local, e, em muitos casos foi-lhe atribuído um valor místico de acordo com as tradições assim, “a diversidade agrícola interage dinamicamente com a diversidade cultural” (RIBEIRO, 2003). A seleção e estocagem de sementes que melhor se adaptam a determinadas regiões e que tinham melhor qualidade foi importante para a diversificação na produção de alimentos.

Celebrar e preservar a cultura do plantio de sementes sempre foi motivo de alegria e satisfação para os camponeses. Resgatar o trabalho de produção, conservação e estocagem das sementes está intimamente ligado à preservação da cultura de uma determinada sociedade.

No Nordeste brasileiro, a prática e uso dessas técnicas de estocagem mantêm relações com a fé popular, fortalecidas em um contexto de simbolismo, misticismo e afetividade. Essa cultura valoriza a união e a proximidade entre os camponeses (coletivismo), que se juntam em períodos de festas ou até mesmo nas conhecidas rodas de conversas, para discutirem e trocarem experiências sobre suas formas de produção.

Ressalta-se ainda a importância da fé do camponês e do imaginário popular que valoriza fielmente a tradição de celebrar o dia dos santos que protegem a produção e a colheita. A valorização do alimento e a tradição da estocagem de sementes são antigas, podendo ser encontradas em passagens bíblicas, na mitologia grega, nos mitos e nas lendas indígenas (CASOY, 2003). Antigamente, os fiéis guardavam sementes dentro das imagens dos santos, acreditando que seriam abençoadas e que trariam uma produção farta.

Com isso, queremos reforçar a idéia de que, o agricultor, durante muito tempo foi o responsável direto pela sua produção. Atuando desde a seleção de sementes até a colheita de seus produtos, reforçando uma relação de harmonia com a terra e com os demais camponeses. Karl Marx observa que:

os alimentos que excediam das produções podiam ser guardados, estocados e reservados para suprir as necessidades da população em épocas de colheitas ruins. A tradição pela conservação dos alimentos sempre teve importância para a formação da sociedade humana em vários momentos da história. (MARX, 1975, p. 861)

Para o camponês, a cultura de seleção e produção de sementes tem como finalidade assegurar a qualidade dos alimentos e garantir a subsistência de sua família. Todavia, com a ascendente expansão capitalista no campo, que culminou com o processo de “modernização conservadora da agricultura” na década de 1970, os maiores beneficiados foram os grandes latifundiários¹ que, valorizados pelo agronegócio, automaticamente excluíram os pequenos produtores de suas terras, no qual não tinham meios de se inserir no mercado competitivo (SILVA, 2003, p. 59).

Em suas análises sobre o capitalismo, Marx diz que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, o processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (...).

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O processo consistiu numa metamorfose da sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista (MARX, 1975, p. 830).

Alexander Chayanov em sua análise sobre os *sistemas econômicos não capitalistas* apresenta a *teoria econômica da sociedade capitalista moderna* como: “um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes”. Nesse tipo de economia, a ausência de um destes elementos desarticulava toda a estrutura, pois perderia o seu caráter específico e seu conteúdo conceitual (1966, p.136).

Chayanov (1966, p. 136) observou que a *unidade natural* - que tem por finalidade satisfazer as necessidades da família – tinha como característica principal uma produção alimentar de qualidade, voltada ao consumo familiar, inexistindo a necessidade de obtenção de lucros que resistiu até o surgimento de uma “*economia de troca e monetária*”. Ao atribuir o caráter de valor, a *produção qualitativa* perde espaço para uma produção voltada para a *quantidade* e a

⁴ O *senhor territorial* descrito por Marx, em sua obra *O Capital*, é identificado no Brasil como o grande latifundiário e o *trabalhador livre* está diversamente caracterizado como bóia-fria, meeiros, sem-terra, posseiros, etc. que ao serem retirados de suas terras retornam as mesmas não como dono da produção, mas como um *assalariado* ou submisso ao dono da terra.

categoria *preço* adquire importância que, exemplificadas anteriormente, compõem o sistema econômico capitalista.

Percebe-se então a importância da relação do camponês com a sua terra, seja ela vista com fins de lucro ou como subsistência para a família. Para Marx, o processo de expansão capitalista que intensifica o assalariamento dos camponeses resultaria no fim do campesinato. Chayanov por sua vez, tentou mostrar em seus trabalhos que “as leis do capitalismo” não podem ser atribuídas a todas as formas de economia e que as leis de mercado (lucro) não são encontradas quando a produção está voltada para o

consumo familiar. Luxemburgo (1983), por sua vez, observou que o capital não poderia resistir sem que houvesse uma parte da sociedade não-capitalista que estivesse inserida diretamente na dinâmica do capitalismo, pois estes seriam a classe consumidora de seus produtos, o que manteria o mercado.

De acordo com Oliveira (1997, p.49), o foco principal do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro está “na sujeição da renda da terra ao capital, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra”. Assim, observamos que a retirada dos camponeses de suas terras, obriga-os a vender seu bem mais importante, sua mão-de-obra. O sistema capitalista, por mais devastador que seja, abre brechas para o surgimento de outras formas de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que exerce domínio, gera situações onde o camponês recorre a outros meios para manter a subsistência familiar e econômica. De acordo com Ariovaldo de Oliveira (1997):

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. (p.11)

Marx em seus estudos sobre o capitalismo, afirmou que a base sólida da agricultura capitalista, se encontra na indústria moderna e na introdução de máquinas no campo e o resultado dessa modernização leva a expropriação radical de uma imensa maioria dos habitantes no campo (MARX, 1975: p. 866). Decerto, ao separar o produtor camponês de suas terras, o capitalismo contribui para o enfraquecimento das relações de identidade que este tem com o seu território, deste modo, com o tempo perdem-se a conservação de seus valores sociais e culturais.

A AGRICULTURA NO BRASIL

É bem verdade que, desde o “descobrimento do Brasil”, a concentração de grandes extensões de terra sempre foi defendida pelos governantes, mas, é no período colonial que a terra é concebida como *valor de mercado* através da Lei de Terras de 1850².

A respeito da agricultura brasileira, percebemos que, a década de 1960 marcou uma mudança nas estruturas econômicas e produtivas, movimentada pela ditadura militar. Na pauta das discussões do governo destacam-se os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro, que tinha como propósito retomar a *corrida pela industrialização* iniciada na década de 30. Contudo, dessa vez, a política industrial não poderia acontecer caso não houvesse profundas modificações no meio rural. Mudanças estas que tiveram o apoio do Estado e dos que defendiam e apostavam que a modernização rural/industrial não necessitava de uma reforma agrária, ou seja, a “salvação do Brasil” não estava na divisão de terras e sim na valorização e intensificação da concentração territorial em mãos de um número mínimo de latifundiários. De acordo com Nogueira, (2005):

O país explodiu em termos capitalistas. Expandiu suas forças produtivas, estatizou-se como nunca dantes, internacionalizou sua economia, dinamizou sua agricultura e se industrializou. Movimentou-se freneticamente para todos os lados. Em vinte anos, tornou-se outro: mais capitalista, mais moderno, mais deformado e injusto, radicalizando uma tendência que vinha se acentuando desde a década de 50. (...) A desigualdade social e a injustiça na distribuição da renda cresceram na mesma proporção em que a economia capitalista se fortaleceu. (p.17-18)

A chegada da modernização no campo brasileiro tornou-se atração pela rapidez e praticidade nas formas de cultivo desenvolvidas em países como os EUA. Existia uma propaganda de disseminação de produtos agroindustriais nos países subdesenvolvidos, guiados pelo “exemplo de modernidade” dos Estados Unidos. Essas novas idéias eram complementadas pela concepção de que o aumento da produção seria suficiente para atender a necessidade alimentar dos brasileiros, acabando assim, com a fome e a desigualdade social (entretanto, a própria história nos mostra que essa melhoria nunca aconteceu (SILVA, 2001).

Segundo Graziano da Silva, a tecnificação das formas de produção no campo:

² No Brasil, a Lei de Terras (Lei nº 601/1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro, tratando-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. A criação desta Lei transformou a situação na época porque as terras só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através de posse, e quanto às terras já ocupadas, estas podiam ser regularizadas como propriedade privada.

(...) coloca, necessariamente, os pequenos produtores na concorrência intercapitalista, tanto no mercado de produtos como no de insumos. E a sua capacidade de sobrevivência passa a ser determinada pela competição intercapitalista nesses mercados. É uma “corrida” cujo ritmo é dado pela acumulação e, por mais que corram, são poucos os que conseguem ao menos manterem-se no mesmo lugar, ou seja, sobreviver como pequenos produtores (2003, p.59).

Nessa competição, os países que não se adequassem a essas mudanças eram vistos como “países atrasados”. Isso facilitou a intensificação da monocultura, o uso de máquinas pesadas, inseticidas e adubos químicos, a difusão das inovações biogenéticas na manipulação das sementes, grande concentração territorial, trabalho assalariado e outras “novidades” que forçaram o agricultor a se adaptar às novas “facilidades” no campo, deixando, assim, para trás (e até permitindo cair no esquecimento) a cultura de produção de alimentos naturais, nativos e saudáveis (SILVA, 2003).

A terra com valor de mercado e a modernização da agricultura, geraram uma corrida por uma maior concentração de terras associada à inserção e substituição gradual da policultura pela monocultura intensiva, que transformou grandes extensões de terras em produtoras de um tipo específico de alimento ou de matéria-prima destinados à exportação e a substituição gradual do pasto nativo pelo pasto plantado na esteira da expansão de uma atividade pecuária intensiva e semi-intensiva. Segundo Silva:

O Estado brasileiro teve um papel decisivo na criação das condições políticas, institucionais e econômicas para que a modernização se efetivasse de maneira rápida e em grande escala. As exigências de consolidação e reprodução em larga escala do modelo de “industrialização da agricultura” comandaram uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e mecanismos de crédito, dos circuitos de comercialização e da estrutura dos mercados (...) o Estado definiu um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas, instituições – que passaram a favorecer a expansão e a consolidação do modelo no terreno técnico - científico e a regular as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola. (SILVA, 2001, p. 22)

A modernização no campo teve como carro-chefe as exportações agrícolas estadunidenses, e chegou ao Brasil com o nome de *Revolução Verde*³. Suas técnicas de produção, aliadas a produtos químicos, beneficiavam as grandes empresas de agronegócios que se espalhavam pelo mundo e contribuiu para o aumento da desigualdade (MITTAL E ROSSET, 2003, p.175). Algumas empresas de agrotóxicos, visando expandir seus negócios, aliaram-se a uma visão de *domínio sobre a produção de alimentos*, comprando a maioria das empresas que produziam sementes, criando as chamadas “companhias de ciências da vida” que, através de técnicas de manipulação genética, procuraram, de forma maquiada, exercer domínio sobre a produção e o consumo alimentar da população. Importantes empresas podem ser destacadas como: Monsanto, Giga-Geigy, Hoechst, Aventis, Novartis e Syngenta.

Segundo Andrioli (2008) a Revolução Verde teve como base três elementos interligados:

1) a mecanização, através da produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; 2) a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos para a criação de animais; 3) o progresso da biologia, através do desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças de animais com potencial produtivo superior (p.103).

A manipulação genética das sementes ligada ao crescimento capitalista gera um domínio sobre o camponês, que vê seu alimento precioso sendo dominado por grandes indústrias e cientistas que “brincam de ser Deus”, criando sementes modernas com alto poder de produção que, no entanto, só germinam se estiverem associadas a insumos agrícolas (herbicidas, adubos químicos, etc.), produzidas por tais empresas. (PINHEIRO, 2005).

Assim, o camponês se torna um escravo dessas empresas, pois além de pagar pelas sementes, é obrigado a adquirir também os insumos tóxicos que, em sua maioria, são vendidos em pacotes especiais, com preços “acessíveis” que “beneficiam” a produção de alimentos (ALTIERI e NICHOLLS, 2003, p.164).

Nas concepções de Mittal e Rosset (2003), a relação desigual entre dominador e dominado intensifica-se quando os problemas de saúde pública, causados pelo consumo de alimentos geneticamente alterados e/ou produzidos com insumos

³ Entende-se por Revolução Verde à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas (industrial, química e mecanizada) que permitiram um vasto aumento na produção de alimentos em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. (RIBEIRO, 2003).

tóxicos, causam doenças como alergias, intoxicação alimentar, entre outros distúrbios que afetam grande parte da população.

Por outro lado, essa mesma população busca “a cura” através de remédios, muitas vezes, produzidos pela mesma empresa que “criou” a semente e produziu o adubo/veneno, fechando um ciclo de dominação alimentar. Algumas empresas como a Bayer e a Monsanto podem ser lembradas nessa discussão.

A partir do momento em que os camponeses optam por usar em seus roçados as sementes naturais e não as que são disponibilizadas pelo mercado, criam barreiras que impedem a sua total absorção pelo modelo vigente de agricultura, principalmente o agronegócio.

Os Bancos de Sementes Comunitários são experiências alternativas a essa agricultura de mercado e vem ganhando destaque dentro dos Assentamentos, das entidades como a ASA-PB (Articulação do Semiárido Paraibano) e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), e da CPT/Sertão (Comissão Pastoral da Terra/Sertão). Este trabalho em conjunto resultou em um grande evento e um importante espaço de discussão mais ampla, as Festas Estaduais das Sementes da Paixão (FESP). No entanto não iremos nos aprofundar neste Encontro, mas explicar o papel do BSC no Assentamento Três Irmãos.

O Banco de Sementes Comunitário do Assentamento Três Irmãos

Conforme discutimos anteriormente, o capitalismo em sua contradição, ao mesmo tempo em que expulsa o camponês de suas terras com a finalidade de torná-lo um assalariado, também desperta resistência a essas forças dominantes. A respeito da resistência social camponesa, Carvalho (2003) explica que é necessário um processo prolongado de resgate das identidades sociais, que exija uma:

redescoberta de seus saberes, habilidades e práticas de produzir, de se alimentar e de cuidar da saúde, experiências essas de vida que “rejeitaram” porque lhes disseram que eram saberes e fazeres ultrapassados” (p.108) (grifo nosso).

Inicialmente, vimos que na Paraíba, as variedades locais de sementes são conhecidas como “*Sementes da Paixão*”⁴ e a sua estocagem representa o resgate

⁴ O nome Sementes da Paixão, foi dado pelo camponês Sr. Dodô.

de antigas tradições – que podem ser familiares ou comunitárias - onde os camponeses guardam suas melhores sementes para plantar no período certo, obedecendo às condições locais de cada região (ALMEIDA e FREIRE, 2003).

Para os camponeses do Assentamento Três Irmãos, além de assegurar a subsistência da família - não só alimentar como também econômica - a estocagem de sementes é importante para a recuperação e multiplicação dos recursos genéticos locais, que garantem uma flexibilidade de opções através de um sistema de policultura contrapondo-se à discussão capitalista que apóia a monocultura.

De acordo com Almeida (2001):

Tradicionalmente, o armazenamento de sementes do estoque familiar tem como princípio a baixa umidade e a vedação, sendo utilizados cabaças, latões de querosene, garrafas e garrafões de vidro ou de plástico, baldes ou silos de zinco, sempre vedados (p. 47).

A introdução da experiência de um banco de sementes comunitário nas comunidades paraibanas trouxe consigo um discurso de conscientização sobre os impactos causados pelo uso de insumos tóxicos nos roçados. A partir de então, muitos agricultores passaram a produzir de forma natural e sustentável. Segundo os dados da Rede Sementes da Paraíba, o estado possuía em 2006 o número de 476 silos, 228 BSC e contava com a participação de 6.561 famílias associadas, distribuídas em 61 municípios.

Diante das estratégias desenvolvidas por estes camponeses, destacam-se os bancos de sementes: *comunitários* (BSC) e os *familiares* (BSF).

No BSC (figura 02), os estoques são disponibilizados tanto aos camponeses das comunidades que possuam o banco, quanto para outras áreas como as de assentamento que possam vir a necessitar de sementes para consumo ou plantio, obedecendo a uma regra de devolução. O empréstimo de sementes, de acordo com a política do BSC, acontece da seguinte forma: cada família recebe uma determinada quantia de sementes – de acordo com o tamanho e as necessidades das famílias – e utilizam-nas no período de plantio ou para consumo próprio. No período de colheita devolve a quantia solicitada ao banco acrescida de 20% (o valor é estabelecido pela coordenação dos bancos). Esse método garante um estoque sempre farto. No caso de o banco de sementes necessitar de reparos ou de adquirir novos silos e/ou ferramentas, os sócios e diretores optam por vender certa parte do estoque, principalmente as sementes que já estejam guardadas por mais de dois anos, e utilizam o dinheiro para atender estas necessidades.

Figura 2

2 - Banco de Sementes do Assentamento Três Irmãos, agosto de 2010. Foto: Juliano Moreira do Nascimento

No caso dos BSF, algumas famílias camponesas optam por estocar as sementes de forma caseira, em garrafas PET, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Essa reserva é utilizada em momentos de dificuldades econômicas, sendo vendidos diretamente no mercado ou através de atravessadores. Um bom exemplo de Banco Familiar é o de Dona Mariana, que guarda as suas sementes dentro de silos, em um quartinho e também em diversas garrafas empilhadas nos vãos da casa, como podemos ver na Figura 3:



Figura 3: Modelo de um BSF na casa de Dona Mariana, agosto de 2010. Foto: Juliano Moreira do Nascimento

É importante ressaltar que o alimento que excede da produção destes bancos de sementes é vendido em feiras agroecológicas ou em feiras livres, localizadas nas cidades circunvizinhas, contribuindo na complementação da renda familiar dos agricultores. A estocagem de sementes também garante uma segurança diante dos programas de distribuição de sementes do governo, que em sua maioria chegam aos agricultores depois do período de chuvas na região, além disso,

enfraquece as relações de domínio pelos políticos que oferecem sementes em troca de votos (Almeida, 2001).

Segundo Almeida (2001) os primeiros relatos desta experiência comunitária no Brasil, aparecem na região Nordeste na década de 1970, graças ao trabalho da Igreja Católica junto as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A primeira experiência de BSC registrada na Paraíba surge no ano de 1992, no Assentamento Três Irmãos, logo após a conquista e posse do direito de uso das terras. contando com o apoio da CPT/Sertão e de um projeto da Cáritas Brasileira, que liberou recursos para a comunidade construir casas e poços, comprar carroças e animais. r

O BSC de Três Irmãos surgiu de uma ideia de um dos camponeses, o Sr Chico Salú. Essa ideia, trazida de suas memórias e de suas vivências em busca de trabalho, é fruto de suas experiências de vida, daí a sua alegria e uma certa nostalgia ao nos relatar que:

a história desse banco de sementes é quase um romance. Vem dum tempo que não existia banco, nem notícia, que a gente nem conhecia. Em 1958, eu estava trabalhando no Enhambú (Ceará). Eu trabalhava em açude, fazendo construção de açudes com jumentos, o cabra com cem, cento e tantos jumentos, num açude trabalhando era que nem formiga de roça. Eu trabalhei muito. Em 1958, eu passei o ano todo trabalhando no Enhambú, Tauá, Parambú, Cariús, Catarina. E lá, chegou um dia, eu andando mesmo atrás de uma “empeleita”, eu sai numa casa e tava uma reunião, em 1958 o tempo era ruim também. Tavam numa reunião, assim, umas dez pessoas. E eu passei um pedaço da tarde lá e fiquei observando. Ai peguei a especular deles:

“Aqui é um banquim de sementes que nós tem, esse foi seco”. Naquele tempo era nos litros Dom Bosco “cheio de feijão e milho e arroz que é para em 1959 nós tá prevenido. Nós temos esse banco de sementes e não podemos acabar com ele não”. E eu fiquei com aquilo na cabeça. Eu digo: “E como é que vocês fazem?” – e eles: “Não, a gente leva e quando é no fim que colhe, traz, se levar 10 litros, traz 12”. Isso em 1958, e nós fundamos o daqui em 1992.

Esse relato mostra que diferente do que afirma Almeida (2001), os primeiros resquícios de um BSC foram observados já no final da década de 1950, como afirma o Sr Chico Salú. As sementes que foram o pontapé do BSC foram

compradas pelos próprios camponeses nas cidades vizinhas como Cajazeiras e Triunfo, cerca de 2.250 quilos, entre arroz, feijão e milho que foram estocados em 02 silos (também comprado com o recurso da Cáritas).

A ideia de Sr Chico e o trabalho da comunidade deram origem a um espaço de trocas não só de sementes, mas, de conhecimentos, tornando acessível aos camponeses algumas discussões que não faziam parte do seu dia-a-dia, ou seja, funciona como “um espaço político organizativo, mobilizador de processos coletivos de conservação da diversidade” (ALMEIDA, 2003).

Com o apoio e o acompanhamento da CPT/Sertão, os assentados passaram a discutir em suas reuniões, alguns temas como agroecologia, os problemas causados a partir do uso de insumos químicos na produção, e propostas para estimular a união e a solidariedade entre eles. Essa união pode ser identificada nos vários mutirões ressaltados durante as entrevistas, que eram momentos em que os camponeses se juntavam para dividir tarefas, como, a limpeza, o plantio e a colheita na roça comunitária. Através destes mutirões, a comunidade conseguiu aumentar o estoque de sementes do BSC, pois, dos alimentos produzidos na roça comunitária, 60% da produção era dividido entre os que participavam da comitiva e 40% era destinada ao BSC.

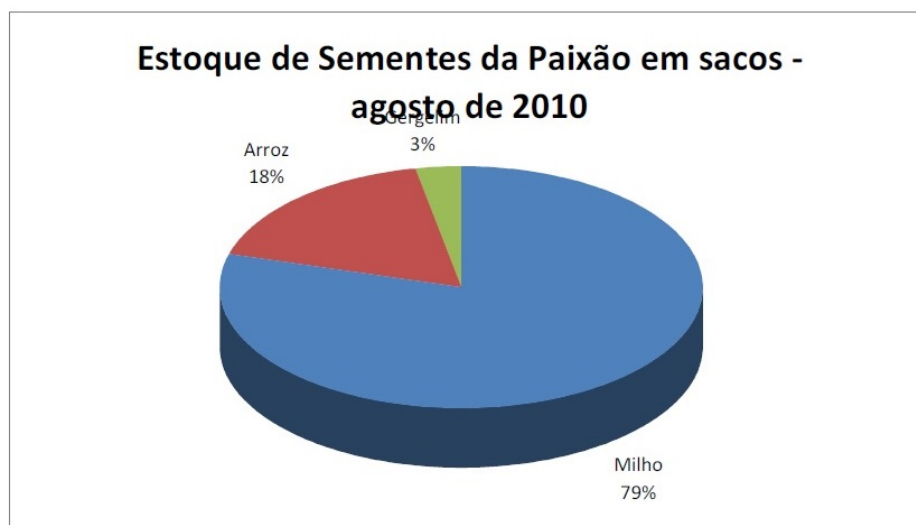
Aqueles que são sócios da Associação Comunitária do Assentamento, automaticamente estão associados ao BSC. A regra de empréstimos de sementes tem como condição a devolução do que fora retirado do BSC mais 20%, o que também contribuiu para o desenvolvimento do banco. Atualmente, apesar da redução do estoque devido às poucas chuvas ou a não-devolução de sementes emprestadas, o BSC guarda alguns sacos de arroz (Posto Rico), milho (Brilhoso e RI) e gergelim, como visto do gráfico 01 a seguir.

Além da garantia de sementes para alimentação e para o plantio, o BSC de Três Irmãos representa a luta e a resistência destes camponeses aos problemas impostos pelas relações de patronato, dependência de políticos ou de prefeituras, ainda comuns em algumas regiões sertanejas. Essas condições são identificadas na fala de Vicente da Viúva quando resalta a importância do Banco de Sementes:

Um dos problemas que viu a necessidade maior naquela época dessa iniciativa de um banco de sementes foi: uma que naquele tempo, o povo era muito agregado aos políticos, prefeituras, a maioria confiava nas prefeituras e comia toda sementezinha que tinha em casa, para esperar que quando chovesse no outro dia ia bater na porta do prefeito. A gente aqui nunca gostamos disso e muita das vezes eu via mãe dizer “rapaz, o feijão que tem é só o da casa” e muitas vezes pai dizia “não, abre um litro” e sem ter nenhuma expectativa assim de

que quando chovesse fosse buscar sementes a não ser nas prefeituras, e a gente continuava até essa época que foi criado o banco de semente, vinha nesse mesmo rojão. E quando a gente criou esse banco de sementes, acabou aquilo ali. A gente não lembra mais de prefeitura ou de EMATER. Muitas vezes são eles que vem procurar a gente. (Entrevista em 19 de agosto de 2009)

Gráfico 01



O BSC serve como uma alternativa à dependência dos camponeses aos políticos e às prefeituras, libertando-os do assistencialismo ainda fortalecido na região semiárida do Sertão Paraibano. O fato de não precisarem de ajuda externa quando se tratam de sementes para o plantio e alimentação, os camponeses de Três Irmãos resistem à dominação imposta pelas multinacionais ou pelo Programa de Distribuição de Sementes do governo. Assim, reduzem o nível de dependência a esses Programas que distribuem as sementes nos períodos em que as chuvas já tem passado, e os camponeses já tenham plantado ou já estejam próximos de colher a sua produção.

Além de sua importância como garantia de semente para alimentação e para o plantio, o BSC de Três Irmãos representa um espaço de discussão política, cultural e ambiental, onde as suas tradições são respeitadas e os limites naturais são contornados, mas sem que aja agressão ao meio ambiente. Tais discussões exigem muito “pano para manga” e muito a se conhecer e discutir. Estudar as Sementes da Paixão e os Bancos de Sementes Comunitários desperta-nos várias curiosidades sobre a beleza das atitudes dos camponeses perante os seus problemas, sejam eles, naturais, sociais, culturais ou econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, de modo geral, que o enfraquecimento das relações entre o camponês, as sementes e o seu território se deve basicamente a chegada da modernização no campo. Tais fatores estão relacionados à manipulação genética dos alimentos promovidos pela expansão do capital na agricultura, através das multinacionais.

Contudo, as experiências de Bancos de Sementes da Paixão no Assentamento Três Irmãos, nos mostra que, de forma organizada, eles garantem uma certa segurança quanto a disponibilidade de sementes para plantar e se alimentarem. As sementes são escolhidas e as melhores são guardadas em silos, garrafas plásticas ou de vidro (contribuindo para a preservação do meio ambiente). Após a criação do banco de sementes nesta comunidade, aprofundaram-se as discussões a respeito da segurança alimentar, da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, levando muitos dos camponeses a abandonar o uso de insumos químicos, principalmente o veneno.

Quando analisamos em um contexto maior, percebemos que eles resistem ao modelo agrícola capitalista, pois não dependem da distribuição de sementes do governo (que são distribuídas após o período de plantio) e nem precisam comprar as sementes vendidas pelas empresas multinacionais. Ao passo que não necessitam de produtos externos, contribuem para o enfraquecimento das vendas dessas empresas.

Possuir um banco de sementes é preservar a biodiversidade e a cultura da produção e consumo de alimentos naturais, dando mais autonomia ao camponês nas escolhas do que plantar ou comer. Percebemos também que a união entre os camponeses e os movimentos sociais e sindicatos rurais, faz com que experiências e discussões como essas sejam expandidas para todo o Estado, chegando a todos que moram na cidade ou no campo. O banco de sementes de Três Irmãos, por se tratar de um dos primeiros focos de estocagem comunitária de sementes na Paraíba, serviu e ainda serve como base para a criação de novos bancos de sementes nos assentamentos do estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula e CORDEIRO, Ângela. **Sistema de seguridade da semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALMEIDA, Paula e FREIREI, Adriana Galvão. Conservando as sementes da paixão: duas histórias de vida, duas sementes para a agricultura sustentável na Paraíba In.

Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ALMEIDA, Paula e SIDERSKY, Pablo. Convivendo no semi-árido com as sementes da paixão: a experiência da rede sementes da articulação do semi-árido paraibano. In: ALMEIDA, Paula e LONDRES, Flávia (editoras). **Uso e conservação da biodiversidade: caderno do II encontro nacional de agroecologia.** Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da ANA, 2007.

ALTIERI, Miguel A. e Clara I. NICHOLLS. Sementes nativas: patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesa. In: **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ALTIERI, Miguel A. e ROSSET. Peter. Dez razões que explicam porque a biotecnologia não garantirá a segurança alimentar, nem protegerá o meio ambiente e nem reduzirá a pobreza no terceiro mundo. In: **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, M^a Helena Tenório de. (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. (p. 152-174)

CARVALHO, Horacio Martins de (org). *Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003. CARVALHO, Horacio Martins de (org). **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Horacio Martins de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CHAYANOV, Alexander V. **On the theory of peasant economy.** Womewood, III: RICHARD D IRWIN, 1966

FRANCO, M^a Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 2^a edição, São Paulo: Ática, 1976. Cap. III – O homem comum, a administração e o Estado (p. 107-155).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 6^a edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. Cap. V – O homem cordial (p. 101-112); Cap. VI – Novos tempos (p. 113-125); e Cap. VII – Nossa revolução (p. 126-142).

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
MAE-WAN HO. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. Primeira parte – Cap. 1 – Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. *De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano*. Disponível em: <http://www4.prudente.unesp.br/nera/revistas/10/moreira.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2008;

NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, Emília. *Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano*. In: Semiluso – Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008.1

NASCIMENTO, J. M., MOREIRA, Emília. **Sementes da Paixão: estratégia de reprodução da agricultura familiar no Alto Sertão Paraibano**. In: Semiluso - Seminário Luso Brasileiro, Ano II, 26 a 28 de junho de 2008, João Pessoa, PB. Editora Universitária UFPB, 2008.1 CD ROM.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. STEDILE, João Pedro. **O agronegócio X agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília: Ed. Concrab, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46. São Paulo Editora Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Sílvia. Camponeses, biodiversidades e novas formas de privatização. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org). In. **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ROCHA, Marlene. **Segurança alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. 1ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abremo, 2004.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzatto. **Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático, 2001.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter e TAKAGI, Maya. *Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil*. In: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley e SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). **A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global**. Buenos Aires, CLACSO, 2006. (p. 151-170).

Contato com o autor: erodat@hotmail.com

Recebido em: 08/07/2012

Aprovado em: 25/11/2012